

Deputado da Frelimo acusado de violar sexualmente uma menor de 13 anos

Marchas à escala nacional caso Niquice seja empossado

(Maputo) Com a coordenação do Fórum Mulher, um grupo de 30 Organizações da Sociedade Civil submeteram nesta quarta-feira, 8 de Janeiro, uma petição à Assembleia da República exigindo a suspensão de tomada de posse de Alberto Niquice, eleito para deputado pelo círculo eleitoral de Gaza. Ele foi eleito pela lista da Frelimo e constava na posição 21 de uma lista de 22 candidatos, todos eles eleitos, segundo ditaram os resultados da Comissão Nacional de Eleições, posteriormente homologados pelo Conselho Constitucional.

Para o pedido de suspensão, as Organizações da Sociedade apontam as graves acusações de conduta imoral e criminal de Alberto Niquice, tal como aponta um processo já em curso na Procuradoria Provincial de Gaza.

Ele é acusado de ter violado sexualmente e de forma repetida uma menor que, na altura, tinha 13 anos na província de Gaza.

“Nestes termos, as Organizações da Sociedade Civil, indignadas com a atitude protagonizada pelo deputado, recentemente eleito pelo círculo eleitoral de Gaza, consideram que ao permitir-se que o sr Alberto Niquice tome posse, enquanto pesam sobre si graves acusações de violação sexual a uma menor, estar-se-ia perante uma aberração política e ética e a se enviar uma mensagem de que o parlamento moçambicano coaduna com cidadãos de carácter e índole duvidosos” – lê-se numa nota escrita partilhada pelas organizações que submeteram a petição à Assembleia da República. O pedido foi enviado com conhecimento do Conselho Constitucional e da Procuradoria-

-Geral da República.

Marchas à escala nacional

Com a cerimónia de empossamento dos 250 deputados eleitos aprazada para segunda-feira, 13 de Janeiro, as Organizações da Sociedade Civil advertem que caso a Frelimo entenda que, mesmo assim, o deputado Niquice deve tomar posse, nada mais restará, senão continuar a lutar para que a imoralidade não seja enaltecida.

Nesta ordem de ideias, as organizações prometem recorrer a marchas, isto à toda escala do território nacional, no sentido de continuar a denunciar o que consideram “comportamentos não aceitáveis”.

Segundo soubemos, os actos de violação terão sido praticados quando a vítima tinha ainda 13 anos e 10 meses, isto em Setembro de

2018. A denúncia foi feita em Julho do ano passado, mas o processo foi arquivado na primeira esquadra de Xai-Xai. Na altura a família da menor sofria ameaças para não prosseguir com o caso.

“Quando tomamos conhecimento decidimos apoiar a família. Preparamos um advogado e começamos a andar atrás do caso”, explicou ao *mediaFAX*, Maria Paula Vera Cruz, membro de Comité Conselheiro no Fórum Mulher.

Maria Paula Vera Cruz explicou que os esforços das organizações que estão a assistir a menor visam essencialmente denunciar, pois, ao fim do dia, cabe às instituições de direito investigar e fazer justiça.

“É uma vergonha para toda a nação moçambicana ter um deputado com estas atitudes. Uma pessoa como essa, a quem vai representar? A nós, pelos menos não nos representa. Estamos a fazer a nossa parte. Agora cabe a eles (AR e PGR) tomarem atitude. O que vamos fazer, caso a nossa posição seja ignorada, é organizar uma marcha à escala nacional, para mostrarmos o nosso repúdio a actos deste género”, acrescentou a directora executiva do Fórum Mulher, Nzira de Deus.

Sobre este caso, há ainda a indi-

cação de que Alberto Niquice tentou calar a família da vítima, prometendo uma indemnização num valor acima

de 500 mil meticais e uma bolsa de estudo para a menor, mas a família não se deixou levar. **(Eduardo Conzo)**

Pormenores do assassinato de Anastácio Matavele

“Missão não pode falhar, porque estou a receber pressão”

– *Agapito Matavele, líder do grupo*

Texto de Armando Nhantumbo e Lázaro Mabunda*

A operação visando o homicídio de Anastácio Matavele foi preparada com o mínimo de pormenor. “Não podia falhar”, porque os atiradores da força de elite escolhidos à pinça para a missão “estavam a receber pressão” de pessoas até agora não identificadas nos autos da acusação do processo de querela nº 78/19, cuja cópia está na posse do SAVANA. Mas vamos por partes.

Dos encontros até ao assassinato

A operação para o assassinato de Matavele demonstra que quando o destino chega não existe segurança nem protector possível que possa adiá-lo. Matavele tinha que morrer em 2019, tal como se pode perceber da acusação provisória lavrada pelo Ministério Público – Processo 78/19 – Querela,

mos morreram no acidente a seguir ao assassinato de Matavele), para “não fazerem turnos, porque tinham uma missão”.

A missão era assassinar Anastácio Matavele, representante da Sala de Paz, uma coligação de ONG de observação eleitoral, em Gaza.

A partir daquele dia, Euclídio Mapulasse e Edson Silica receberam a missão expressa de “seguir